

Paulo Nader

# Introdução ao Estudo do Direito

46<sup>a</sup>  
edição

revista,  
atualizada e  
reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 19.02.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acer os posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright* © 2024 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- 1ª edição – 1980
- 46ª edição – 2024
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

N13i  
46. ed.

Nader, Paulo  
Introdução ao estudo do direito / Paulo Nader. - 46. ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.  
424 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-3099-456-3

1. Direito. 2. Filosofia do direito. 3. Sociologia jurídica. I. Título.

24-88055

CDU: 340.12(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<b>PRIMEIRA PARTE – O ESTUDO DO DIREITO .....</b>	
Capítulo 1 SISTEMA DE IDEIAS GERAIS DO DIREITO .....	3
1. A Necessidade de um Sistema de Ideias Gerais do Direito .....	3
2. A Introdução ao Estudo do Direito .....	4
2.1. Apresentação da Disciplina .....	4
2.2. Objeto da Introdução ao Estudo do Direito .....	5
2.3. A Importância da Introdução .....	5
3. Outros Sistemas de Ideias Gerais do Direito .....	6
3.1. Filosofia do Direito .....	6
3.2. Teoria Geral do Direito .....	6
3.3. Sociologia do Direito .....	7
3.4. Enciclopédia Jurídica .....	7
4. A Introdução ao Estudo do Direito e os Currículos dos Cursos Jurídicos no Brasil .....	8
Bibliografia principal .....	9
Capítulo 2 AS DISCIPLINAS JURÍDICAS .....	11
5. Considerações Prévias .....	11
6. Disciplinas Jurídicas Fundamentais .....	12
6.1. Ciência do Direito .....	12
6.2. Filosofia do Direito .....	12
6.3. Sociologia do Direito .....	13
7. Disciplinas Jurídicas Auxiliares .....	14
7.1. História do Direito .....	14
7.2. Direito Comparado .....	15
Bibliografia principal .....	16

<b>SEGUNDA PARTE – A DIMENSÃO SOCIOLOGICA DO DIREITO.....</b>	<b>17</b>
Capítulo 3 – O DIREITO COMO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL.....	19
8. O Fenômeno da Adaptação Humana.....	19
8.1. Aspectos Gerais.....	19
8.2. Adaptação Interna.....	19
8.3. Adaptação Externa.....	20
9. Direito e Adaptação.....	20
9.1. Colocações Prévias.....	20
9.2. O Direito como Processo de Adaptação Social.....	21
9.3. A Adaptação das Ações Humanas ao Direito.....	22
Bibliografia principal.....	23
Capítulo 4 – SOCIEDADE E DIREITO.....	25
10. A Sociabilidade Humana.....	25
11. O “Estado de Natureza”.....	26
12. Formas de Interação Social e a Ação do Direito.....	26
12.1. A Interação Social.....	26
12.2. O Solidarismo Social.....	27
12.3. A Ação do Direito.....	28
13. A Mútua Dependência entre o Direito e a Sociedade.....	29
13.1. Fato Social e Direito.....	29
13.2. O Papel do Legislador.....	30
Bibliografia principal.....	31
Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL.....	33
14. Considerações Prévias.....	33
15. Normas Éticas e Normas Técnicas.....	34
16. Direito e Religião.....	34
16.1. Aspectos Históricos.....	34
16.2. Convergência e Peculiaridades.....	35
17. Direito e Moral.....	37
17.1. Generalidades.....	37
17.2. A Noção da Moral.....	37
17.3. Setores da Moral.....	37
17.4. O Paralelo entre a Moral e o Direito.....	38
17.4.1. Grécia e Roma.....	38
17.4.2. Critérios de Tomásio, Kant e Fichte.....	39
17.4.3. Modernos critérios de distinção.....	40
17.4.3.1. Distinções de ordem formal.....	40
17.4.3.2. Distinções quanto ao conteúdo.....	42
18. O Direito e as Regras de Trato Social.....	44
18.1. Conceito das Regras de Trato Social.....	44

18.2.	Alguns Aspectos Históricos .....	44
18.3.	Caracteres das Regras de Trato Social .....	45
18.3.1.	Aspecto social .....	45
18.3.2.	Exterioridade .....	45
18.3.3.	Unilateralidade .....	45
18.3.4.	Heteronomia .....	46
18.3.5.	Incoercibilidade .....	46
18.3.6.	Sanção difusa .....	46
18.3.7.	Isonomia por classes e níveis de cultura .....	46
18.4.	Natureza das Regras de Trato Social .....	46
18.4.1.	Corrente negativista .....	46
18.4.2.	Corrente positiva .....	47
18.4.3.	Conclusão .....	47
	Bibliografia principal .....	48
	<b>Capítulo 6 – FATORES DO DIREITO .....</b>	<b>49</b>
19.	Conceito e Função dos Fatores do Direito .....	49
20.	Princípios Metodológicos .....	50
20.1.	Interferência das Causas .....	50
20.2.	Distinção dos Fatores em Categorias .....	50
20.3.	Eficácia Direta e Indireta dos Fatores .....	50
21.	Fatores Naturais do Direito .....	51
21.1.	Fator Geográfico .....	51
21.1.1.	Clima .....	51
21.1.2.	Recursos naturais .....	51
21.1.3.	O território .....	52
21.2.	Fator Demográfico .....	52
21.3.	Fatores Antropológicos .....	52
22.	Fatores Culturais do Direito .....	52
22.1.	Fator Econômico .....	52
22.2.	Invenções .....	53
22.3.	Moral .....	53
22.4.	Religião .....	53
22.5.	Ideologia .....	53
22.6.	Educação .....	54
23.	Forças Atuantes na Legislação .....	54
23.1.	Política .....	54
23.2.	Opinião Pública .....	54
23.3.	Grupos Organizados .....	55
23.4.	Medidas de Hostilidade .....	55
24.	Direito e Revolução .....	55
	Bibliografia principal .....	55

<b>TERCEIRA PARTE A NOÇÃO DO DIREITO.....</b>	<b>57</b>
Capítulo 7 O DIREITO NO QUADRO DO UNIVERSO .....	59
25. Indagação Fundamental.....	59
26. Algumas Notas do Direito .....	60
27. A Teoria dos Objetos .....	60
27.1. Conceituações Prévias .....	60
27.2. O Quadro das Ontologias .....	61
28. Objetos Naturais .....	61
28.1. Conceito .....	61
28.2. Caracteres.....	61
28.3. Princípio da Causalidade.....	62
28.4. Leis da Natureza.....	62
28.4.1. Universais .....	62
28.4.2. Imutáveis .....	62
28.4.3. Invioláveis.....	62
28.4.4. Isonomia .....	62
28.5. Importância .....	63
29. Objetos Ideais.....	63
30. Os Valores .....	63
30.1. Axiologia.....	63
30.2. Conceito .....	63
30.3. Caracteres.....	64
30.4. Localização .....	64
30.5. Os Valores e a Teoria dos Objetos .....	64
31. Objetos Metafísicos .....	65
32. Objetos Culturais .....	65
32.1. Conceito .....	65
32.2. Cultura Material.....	66
32.3. Cultura Espiritual .....	66
33. O Mundo do Direito.....	66
33.1. Considerações Prévias .....	66
33.2. Direito e Objetos Naturais.....	67
33.3. Direito e Objetos Ideais.....	67
33.4. Direito e Objetos Metafísicos.....	67
33.5. Direito e Cultura .....	68
34. Conclusões.....	68
Bibliografia principal .....	68
 Capítulo 8 – DEFINIÇÕES E ACEPÇÕES DA PALAVRA DIREITO.....	 69
35. Considerações Prévias.....	69
36. Definições Nominais.....	70

36.1.	Definição Etimológica .....	71
36.2.	Definição Semântica .....	71
37.	Definições Reais ou Lógicas .....	71
38.	Definições Históricas do Direito .....	73
39.	Acepções da Palavra Direito .....	74
39.1.	Considerações Prévias .....	74
39.2.	Ciência do Direito .....	74
39.3.	Direito Natural e Direito Positivo .....	74
39.4.	Direito Objetivo e Direito Subjetivo .....	75
39.5.	O Emprego do Vocábulo no Sentido de Justiça .....	75
40.	Conceito de Ordem Jurídica .....	75
	Bibliografia principal .....	76
Capítulo 9 – NORMA JURÍDICA .....		77
41.	Conceito de Norma Jurídica .....	77
42.	Instituto Jurídico .....	78
43.	Estrutura Lógica da Norma Jurídica .....	78
43.1.	Concepção de Kelsen .....	78
43.2.	O Juízo Disjuntivo de Carlos Cossio .....	79
43.3.	Conclusões .....	79
43.4.	Quadro das Estruturas Lógicas .....	79
44.	Caracteres .....	80
44.1.	Bilateralidade .....	80
44.2.	Generalidade .....	80
44.3.	Abstratividade .....	80
44.4.	Imperatividade .....	80
44.5.	A Coercibilidade e a Questão da Essência da Norma Jurídica .....	81
45.	Classificação .....	82
45.1.	Classificação das Normas Jurídicas quanto ao Sistema a que Pertencem .....	82
45.2.	Normas Jurídicas quanto à Fonte .....	82
45.3.	Classificação das Normas Jurídicas quanto aos Diversos Âmbitos de Validez .....	83
45.4.	Classificação das Normas Jurídicas quanto à Hierarquia .....	83
45.5.	Normas Jurídicas quanto à Sanção .....	83
45.6.	Normas Jurídicas quanto à Qualidade .....	84
45.7.	Normas Jurídicas quanto às Relações de Complementação .....	84
45.8.	Classificação das Normas Jurídicas quanto à Vontade das Partes .....	84
45.9.	Quanto à Flexibilidade ou Arbitrio do Juiz: Normas Rígidas ou Cerradas e Elásticas ou Abertas .....	84
45.10.	Quanto ao Modo da Presença no Ordenamento: Normas Implícitas e Explícitas .....	85
45.11.	Quanto à Inteligibilidade .....	85
46.	Vigência, Efetividade, Eficácia e Legitimidade da Norma Jurídica .....	86
46.1.	Vigência .....	86

46.2. Efetividade .....	86
46.3. Eficácia.....	86
46.4. Legitimidade.....	87
<b>Bibliografia principal .....</b>	<b>87</b>
<b>Capítulo 10 – A DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO .....</b>	<b>89</b>
47. Direito Público e Direito Privado.....	89
47.1. Aspectos Gerais.....	89
47.2. O Problema Relativo à Importância da Distinção .....	90
47.3. A Teoria Monista de Hans Kelsen.....	90
47.4. Teorias Dualistas.....	91
47.4.1. Teorias substancialistas.....	91
47.4.1.1. Teoria dos interesses em jogo.....	91
47.4.1.2. Teoria do fim .....	91
47.4.2. Teorias formalistas.....	91
47.4.2.1. Teoria do titular da ação.....	91
47.4.2.2. Teoria das normas distributivas e adaptativas.....	92
47.4.2.3. Teoria da natureza da relação jurídica.....	92
47.5. Trialismo .....	92
47.6. Conclusões.....	93
48. Direito Geral e Direito Particular.....	93
49. Direito Comum e Direito Especial.....	94
50. Direito Regular e Direito Singular.....	94
51. Privilégio.....	95
<b>Bibliografia principal .....</b>	<b>95</b>
<b>Capítulo 11 – JUSTIÇA E EQUIDADE .....</b>	<b>97</b>
52. Conceito de Justiça .....	97
53. O Caráter Absoluto da Justiça.....	98
54. A Importância da Justiça para o Direito.....	98
55. Critérios da Justiça.....	99
55.1. Critérios Formais da Justiça.....	100
55.2. Critérios Materiais da Justiça.....	100
56. A Concepção Aristotélica .....	101
57. Justiça Convencional e Justiça Substancial.....	101
58. Classificação da Justiça.....	102
58.1. Justiça Distributiva.....	102
58.2. Justiça Comutativa.....	102
58.3. Justiça Geral.....	102
58.4. Justiça Social.....	103
59. Justiça e Bem Comum.....	104
60. Equidade.....	104



61. Leis Injustas .....	105
61.1. Conceito .....	105
61.2. Espécies .....	106
61.3. O Problema da Validade das Leis Injustas.....	106
Bibliografia principal .....	107
Capítulo 12 – SEGURANÇA JURÍDICA.....	109
62. Conceito de Segurança Jurídica .....	109
63. A Necessidade Humana de Segurança.....	110
64. Princípios Relativos à Organização do Estado.....	111
65. Princípios do Direito Estabelecido.....	112
65.1. A Positividade do Direito.....	112
65.2. Segurança de Orientação.....	113
65.3. Irretroatividade da Lei.....	115
65.4. Estabilidade Relativa do Direito.....	115
66. Princípios do Direito Aplicado .....	116
66.1. Decisão de Casos Pendentes e sua Execução.....	116
66.2. Prévia Calculabilidade da Sentença.....	117
66.3. Respeito à Coisa Julgada.....	117
66.4. Uniformidade e Continuidade Jurisprudencial.....	117
Bibliografia principal .....	118
Capítulo 13 – DIREITO E ESTADO.....	119
67. Considerações Prévias.....	119
68. Conceito e Elementos do Estado .....	120
68.1. Conceito .....	120
68.2. Elementos do Estado.....	120
68.2.1. População.....	121
68.2.2. Território.....	121
68.2.3. Soberania.....	122
69. Origem do Estado.....	122
69.1. Teoria do Contrato Social .....	122
69.2. Teoria Patriarcal.....	123
69.3. Teoria Matriarcal .....	123
69.4. Teoria Sociológica.....	123
70. Fins do Estado.....	124
70.1. As Três Concepções .....	124
70.2. Concepção Individualista.....	124
70.3. Concepção Supraindividualista.....	124
70.4. Concepção Transpersonalista .....	125
71. Teorias sobre a Relação entre o Direito e o Estado .....	125
72. Arbitrariedade e Estado de Direito .....	126

72.1. Arbitrariedade.....	126
72.2. Estado de Direito .....	126
Bibliografia principal .....	127
<b>QUARTA PARTE – FONTES DO DIREITO .....</b>	<b>129</b>
Capítulo 14 – A LEI.....	131
73. Fontes do Direito .....	131
73.1. Aspectos Gerais.....	131
73.2. Fontes Históricas.....	131
73.3. Fontes Materiais.....	132
73.4. Fontes Formais.....	132
74. O Direito Romano .....	133
75. Conceito e Formação da Lei.....	135
75.1. Considerações Prévias .....	135
75.2. Etimologia do Vocábulo Lei.....	136
75.3. Lei em Sentido Amplo .....	136
75.4. Lei em Sentido Estrito.....	137
75.5. Lei em Sentido Formal e em Sentido Formal-Material.....	137
75.6. Lei Substantiva e Lei Adjetiva.....	137
75.7. Leis de Ordem Pública.....	138
75.8. Formação da Lei – O Processo Legislativo.....	138
75.8.1. Iniciativa da lei .....	138
75.8.2. Exame pelas comissões técnicas, discussões e aprovação .....	138
75.8.3. Revisão do projeto .....	138
75.8.4. Sanção.....	139
75.8.5. Promulgação.....	139
75.8.6. Publicação.....	139
75.9. Lei Delegada .....	139
75.10. LINDB.....	139
76. Obrigatoriedade da Lei .....	140
77. Aplicação da Lei .....	140
77.1. Diagnose do Fato .....	140
77.2. Diagnose do Direito .....	140
77.3. Crítica Formal .....	141
77.4. Crítica Substancial.....	141
77.5. Interpretação da Lei .....	141
77.6. Aplicação da Lei.....	141
Bibliografia principal .....	141
Capítulo 15 – DIREITO COSTUMEIRO.....	143
78. Considerações Preliminares.....	143
79. Conceito de Direito Costumeiro .....	144

80. Elementos dos Costumes.....	146
81. A Posição da Escola Histórica do Direito.....	146
82. Espécies de Costumes .....	147
83. Valor dos Costumes.....	148
84. Prova dos Costumes .....	148
Bibliografia principal .....	148
<b>Capítulo 16 – O DESUSO DAS LEIS.....</b>	<b>151</b>
85. Conceito de Desuso das Leis.....	151
86. Causas do Desuso .....	152
86.1. Leis Anacrônicas.....	152
86.2. Leis Artificiais.....	153
86.3. Leis Injustas .....	153
86.4. Leis Defectivas.....	153
87. A Tese da Validade das Leis em Desuso .....	153
88. A Tese da Revogação da Lei pelo Desuso.....	154
89. Conclusões.....	155
Bibliografia principal .....	156
<b>Capítulo 17 – JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>157</b>
90. Conceito.....	157
91. Espécies.....	158
92. Paralelo entre Jurisprudência e Costume .....	158
93. O Grau de Liberdade dos Juizes.....	159
93.1. A Livre Estimação.....	159
93.2. Limitação à Subsunção .....	160
93.3. Complementação Coerente e Dependente do Preceito .....	161
93.4. Judicialização e Ativismo Judicial.....	162
93.5. Direito ao Esquecimento e Direito à Informação .....	162
94. A Jurisprudência cria o Direito?.....	162
95. A Jurisprudência Vincula os Tribunais? .....	163
96. Processos de Unificação da Jurisprudência.....	164
Bibliografia principal .....	165
<b>Capítulo 18 – A DOCTRINA JURÍDICA.....</b>	<b>167</b>
97. O Direito Científico e os Juristas .....	167
98. As Três Funções da Doutrina.....	168
98.1. Atividade Criadora.....	168
98.2. Função Prática da Doutrina.....	168
98.3. Atividade Crítica.....	169
99. A Influência da Doutrina no Mundo Jurídico .....	169
100. A Doutrina como Fonte Indireta do Direito.....	170
101. Argumento de Autoridade.....	170

101.1. Conceito e Importância.....	170
101.2. Orientação Prática .....	171
102. O Valor da Doutrina no Passado.....	172
103. A Doutrina no Presente .....	172
Bibliografia principal .....	174
<b>Capítulo 19 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: ANALOGIA LEGAL .....</b>	<b>175</b>
104. Lacunas da Lei.....	175
104.1. Noções de Integração e de Lacunas.....	175
104.2. Teorias sobre as Lacunas .....	176
104.2.1. Realismo ingênuo .....	176
104.2.2. Empirismo científico .....	177
104.2.3. Ecletismo .....	177
104.2.4. Pragmatismo.....	177
104.2.5. Apriorismo filosófico .....	177
105. O Postulado da Plenitude da Ordem Jurídica.....	177
106. Noção Geral de Analogia.....	178
106.1. Conceito.....	178
106.2. Fundamento da Analogia.....	178
107. O Procedimento Analógico.....	179
108. Analogia e Interpretação Extensiva.....	180
Bibliografia principal .....	180
<b>Capítulo 20 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>181</b>
109. Considerações Prévias.....	181
110. As Duas Funções dos Princípios Gerais de Direito.....	182
111. Conceito dos Princípios Gerais de Direito.....	182
112. Natureza dos Princípios Gerais de Direito.....	183
113. Os Princípios Gerais de Direito e os Brocardos.....	184
114. A Pesquisa dos Princípios Gerais de Direito.....	185
115. Os Princípios e o Direito Comparado.....	185
Bibliografia principal .....	186
<b>Capítulo 21 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>187</b>
116. Aspectos Gerais.....	187
117. Conceito de Código.....	188
118. A Incorporação .....	189
119. A Duração dos Códigos.....	189
120. Os Códigos Antigos.....	190
120.1. Considerações Gerais.....	190
120.2. Código de Hamurabi.....	190
120.3. Legislação Mosaica .....	191
120.4. Lei das XII Tábuas .....	191

120.5. Código de Manu .....	192
120.6. Alcorão.....	192
121. A Era da Codificação.....	192
122. Os Primeiros Códigos Modernos .....	193
122.1. O Código Civil da Prússia.....	193
122.2. O Código Napoleão.....	193
122.3. O Código Civil da Áustria.....	195
123. A Polêmica entre Thibaut e Savigny.....	195
124. O Código Civil Brasileiro de 1916 e o de 2002 .....	196
125. A Recepção do Direito Estrangeiro .....	197
Bibliografia principal .....	198
<b>QUINTA PARTE – TÉCNICA JURÍDICA .....</b>	<b>199</b>
Capítulo 22 – O ELEMENTO TÉCNICO DO DIREITO.....	201
126. O Conceito de Técnica .....	201
127. Conceito e Significado da Técnica Jurídica .....	202
128. Espécies de Técnica Jurídica .....	202
128.1. Técnica de Interpretação .....	203
128.2. Técnica de Aplicação.....	203
129. Conteúdo da Técnica Jurídica.....	204
129.1. Meios Formais. Esses meios dizem respeito às formalidades e a seus elementos estruturais, necessários aos atos da vida jurídica. São os seguintes:.....	204
129.1.1. Linguagem .....	204
129.1.1.1. Vocábulo .....	205
129.1.1.2. Fórmula.....	205
129.1.1.3. Aforismos .....	205
129.1.1.4. Estilo.....	205
129.1.2. Formas .....	206
129.1.3. Sistemas de publicidade.....	206
129.2. Meios Substanciais.....	206
129.2.1. Definição .....	206
129.2.2. Conceito .....	207
129.2.3. Categorias.....	207
129.2.4. Presunções .....	207
129.2.4.1. Presunção simples.....	208
129.2.4.2. Presunção legal .....	208
129.2.5. Ficções .....	209
130. Cibernética e Direito .....	209
130.1. Elaboração das Leis .....	210
130.2. Administração da Justiça.....	210
130.3. Pesquisa Científica.....	211
130.4. Advocacia.....	211
130.5. LGPD.....	212

131. O Direito como Técnica e Ciência.....	212
Bibliografia principal .....	214
Capítulo 23 – TÉCNICA LEGISLATIVA.....	215
132. Conceito, Objeto e Importância da Técnica Legislativa .....	215
133. Da Apresentação Formal dos Atos Legislativos.....	216
133.1. Conceituação.....	216
133.2. Preâmbulo.....	216
133.2.1. Epígrafe.....	216
133.2.2. Rubrica ou ementa.....	217
133.2.3. Autoria e fundamento legal da autoridade.....	217
133.2.4. Causas justificativas.....	217
133.2.4.1. Considerandos.....	218
133.2.4.2. Exposição de motivos.....	218
133.2.5. Ordem de execução ou mandado de cumprimento .....	218
133.2.6. Valor do preâmbulo.....	218
133.3. Corpo ou Texto.....	219
133.4. Disposições Complementares .....	219
133.4.1. Disposições preliminares.....	219
133.4.2. Disposições gerais e finais .....	219
133.4.3. Disposições transitórias.....	219
133.5. Cláusulas de Vigência e de Revogação.....	220
133.6. Fecho.....	220
133.7. Assinatura .....	220
133.8. Referenda .....	220
134. Da Apresentação Material dos Atos Legislativos.....	221
134.1. Dos Artigos.....	221
134.2. Divisão dos Artigos .....	222
134.2.1. Parágrafo .....	222
134.2.2. Inciso, alínea e item .....	222
134.3. Agrupamentos dos Artigos.....	223
Bibliografia principal .....	223
Capítulo 24 – A EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	225
135. Vigência e Revogação da Lei.....	225
136. O Conflito de Leis no Tempo.....	227
137. O Princípio da Irretroatividade .....	227
138. Teorias sobre a Irretroatividade.....	229
138.1. Doutrina Clássica ou dos Direitos Adquiridos.....	229
138.2. Teoria da Situação Jurídica Concreta.....	229
138.3. Teoria dos Fatos Cumpridos.....	229
138.4. Teoria de Paul Roubier.....	229
138.5. A Concepção de Planiol .....	230

138.6. O Princípio Ratione Materiae.....	230
139. A Noção do Conflito de Leis no Espaço.....	230
140. O Estrangeiro perante o Direito Romano.....	231
141. Teoria dos Estatutos.....	231
142. Doutrinas Modernas quanto à Extraterritorialidade.....	232
142.1. Sistema da Comunidade de Direito.....	232
142.2. Sistema da Nacionalidade.....	233
143. O Direito Interespacial e o Sistema Brasileiro.....	233
Bibliografia principal.....	233
<b>Capítulo 25 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....</b>	<b>235</b>
144. Conceito e Importância da Hermenêutica Jurídica.....	235
145. Conceito de Interpretação em Geral.....	236
146. A Interpretação do Direito.....	237
146.1. Noção Geral.....	237
146.2. A Interpretação conforme a Constituição.....	238
146.3. A Interpretação da Constituição conforme a Lei.....	239
147. O Princípio In Claris Cessat Interpretatio.....	239
148. A Vontade do Legislador e a Mens Legis.....	240
148.1. O Sentido da Lei.....	240
148.2. A Teoria Subjetiva.....	241
148.3. A Teoria Objetiva.....	241
149. A Interpretação do Direito quanto ao Resultado e Fonte.....	242
149.1. Interpretação Declarativa.....	242
149.2. Interpretação Restritiva.....	242
149.3. Interpretação Extensiva.....	242
150. O Art. 5º da Lei de Introdução às normas do direito Brasileiro.....	243
150.1. A Obrigatoriedade do Art. 5º da LINDB.....	243
150.2. O Significado do Art. 5º da LINDB.....	244
151. A Interpretação dos Negócios Jurídicos.....	244
Bibliografia principal.....	246
<b>Capítulo 26 – ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....</b>	<b>247</b>
152. Considerações Prévias.....	247
153. Elemento Gramatical.....	247
154. Elemento Lógico.....	248
154.1. Lógica Interna.....	248
154.2. Lógica Externa.....	249
154.3. A Lógica do “Razoável”.....	249
155. Elemento Sistemático.....	249
156. Elemento Histórico.....	250
157. Elemento Teleológico.....	251
Bibliografia principal.....	251

Capítulo 27 – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....	253
158. Método Tradicional da Escola da Exegese .....	253
159. Método Histórico-Evolutivo .....	254
160. A Livre Investigação Científica do Direito.....	255
160.1. Aspectos Gerais.....	255
160.2. A Livre Investigação Científica.....	256
161. A Corrente do Direito Livre.....	256
161.1. A Doutrina.....	256
161.2. Principais Adeptos.....	257
161.3. Crítica à Doutrina.....	258
Bibliografia principal .....	258
<b>SEXTA PARTE – RELAÇÕES JURÍDICAS .....</b>	<b>259</b>
Capítulo 28 – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA NATURAL E PESSOA JURÍDICA.....	261
162. Personalidade Jurídica .....	261
163. Pessoa Natural.....	263
163.1. Considerações Prévias .....	263
163.2. Início e Fim da Personalidade .....	263
163.3. Capacidade de Fato .....	264
163.4. Registro, Nome e Domicílio Civil.....	265
163.5. Proteção de Dados Pessoais .....	266
164. Pessoa Jurídica.....	267
164.1. Conceito.....	267
164.2. Natureza Jurídica das Pessoas Jurídicas.....	268
164.2.1. Teoria da ficção .....	268
164.2.2. Teoria dos direitos sem sujeitos.....	268
164.2.3. Teorias realistas.....	269
164.3. Classificação das Pessoas Jurídicas .....	269
Bibliografia principal .....	270
Capítulo 29 – RELAÇÃO JURÍDICA: CONCEITO, FORMAÇÃO, ELEMENTOS.....	271
165. Conceito de Relação Jurídica .....	271
166. Formação da Relação Jurídica.....	272
167. Elementos da Relação Jurídica .....	273
167.1. Sujeitos da Relação Jurídica .....	273
167.2. Vínculo de Atributividade.....	275
167.3. Objeto .....	275
Bibliografia principal .....	276
Capítulo 30 – DIREITO SUBJETIVO .....	277
168. Origem do Direito Subjetivo e Aspectos Gerais.....	277
169. Conceito de Direito Subjetivo.....	278



170. Situações Subjetivas.....	279
171. A Natureza do Direito Subjetivo Teorias Principais.....	280
171.1. Teoria da Vontade.....	280
171.2. Teoria do Interesse.....	280
171.3. Teoria Eclética.....	281
171.4. Teoria de Duguit.....	281
171.5. Teoria de Kelsen.....	281
172. Classificação dos Direitos Subjetivos.....	281
172.1. Direitos Subjetivos Públicos.....	281
172.2. Direitos Subjetivos Privados.....	282
172.2.1. Direitos absolutos e relativos.....	283
172.2.2. Direitos transmissíveis e não transmissíveis.....	283
172.2.3. Direitos principais e acessórios.....	283
172.2.4. Direitos renunciáveis e não renunciáveis.....	283
173. Aquisição, Modificações e Extinção dos Direitos.....	283
173.1. Aquisição.....	283
173.2. Modificações.....	284
173.3. Extinção.....	284
173.3.1. Perecimento do objeto.....	284
173.3.2. Alienação.....	285
173.3.3. Renúncia.....	285
173.3.4. Prescrição.....	285
173.3.5. Decadência.....	285
Bibliografia principal.....	286
Capítulo 31 – DEVER JURÍDICO.....	287
174. Considerações Prévias.....	287
175. Aspecto Histórico.....	287
176. Conceito de Dever Jurídico.....	288
177. Espécies de Dever Jurídico.....	290
177.1. Dever Jurídico Contratual e Extracontratual.....	290
177.2. Dever Jurídico Positivo e Negativo.....	290
177.3. Dever Jurídico Permanente e Transitório.....	290
178. Axiomas de Lógica Jurídica.....	290
178.1. Axioma de Inclusão.....	290
178.2. Axioma de Liberdade.....	291
178.3. Axioma de Contradição.....	291
178.4. Axioma de Exclusão do Meio.....	291
178.5. Axioma de Identidade.....	291
179. Dever Jurídico e Efetividade do Direito.....	291
Bibliografia principal.....	291

<b>SÉTIMA PARTE – DOS FATOS JURÍDICOS</b> .....	293
Capítulo 32 – FATO JURÍDICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO .....	295
180. Considerações Gerais.....	295
181. Suposto Jurídico e Consequência .....	296
181.1. Conceituações .....	296
181.2. Relação entre a Hipótese e a Consequência.....	296
181.3. Suposto Jurídico Simples e Complexo .....	297
182. Conceito de Fato Jurídico.....	297
183. Caracteres e Classificação dos Fatos Jurídicos.....	299
183.1. Caracteres.....	299
183.2. Classificação .....	299
Bibliografia principal .....	300
 Capítulo 33 DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....	301
184. Conceitos e Aspectos Doutrinários.....	301
185. A Relação entre os Negócios Jurídicos e o Ordenamento Jurídico.....	302
186. Classificação dos Negócios Jurídicos .....	303
186.1. Negócio Jurídico Unilateral e Bilateral.....	303
186.2. Negócio Jurídico Oneroso e Gratuito.....	303
186.3. Negócio Jurídico Inter Vivos e Mortis Causa.....	303
186.4. Negócio Jurídico Solene ou Formal e Não Solene.....	303
186.5. Negócio Jurídico Típico e Atípico.....	304
186.6. Existência, Validade e Eficácia.....	304
187. Elementos dos Negócios Jurídicos .....	304
187.1. Elementos Essenciais.....	304
187.2. Elementos Acidentais.....	305
187.2.1. Condição.....	305
187.2.2. Termo.....	305
187.2.3. Modo ou encargo.....	306
188. Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	306
188.1. Erro ou Ignorância .....	306
188.2. Dolo .....	306
188.3. Coação.....	307
188.4. Estado de Perigo .....	307
188.5. Lesão.....	307
188.6. Fraude contra os Credores.....	307
188.7. Simulação.....	307
Bibliografia principal .....	308
 Capítulo 34 ATO ILÍCITO.....	309
189. Conceito e Elementos.....	309
190. Categorias .....	310

191. Classificação do Elemento Culpa.....	311
191.1. Intensidade da Culpa .....	311
191.2. Conteúdo da Culpa .....	311
191.3. Critérios de Avaliação.....	311
191.4. Natureza da Relação.....	311
191.5. Agente.....	311
192. Excludentes do Ilícito.....	312
192.1. Legítima Defesa.....	312
192.2. Exercício Regular de um Direito.....	312
192.3. Estado de Necessidade.....	312
193. Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva da Responsabilidade.....	312
193.1. A Responsabilidade no Passado.....	312
193.2. As Teorias da Responsabilidade.....	313
194. Abuso do Direito.....	314
Bibliografia principal .....	315
<b>OITAVA PARTE ENCICLOPÉDIA JURÍDICA.....</b>	<b>317</b>
Capítulo 35 RAMOS DO DIREITO PÚBLICO.....	319
195. Considerações Prévias.....	319
196. Direito Constitucional .....	319
197. Direito Administrativo.....	321
198. Direito Financeiro.....	322
199. Direito Internacional Público .....	323
200. Direito Internacional Privado .....	324
201. Direito Penal.....	325
202. Direito Processual.....	327
Bibliografia principal .....	329
Capítulo 36 RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....	331
203. Direito Civil.....	331
204. Direito Comercial ou Empresarial .....	332
204.1. Noção do Ramo .....	332
204.2. A Palavra “Comércio” .....	333
204.3. A Relação entre o Direito Comercial e o Civil.....	334
204.4. A História do Comércio.....	334
204.5. Evolução Histórica do Direito Comercial .....	335
205. Direito do Trabalho .....	336
205.1. Denominações .....	336
205.2. Classificação .....	336
205.3. Definição.....	336
205.4. Características .....	336
205.5. Fins do Direito do Trabalho.....	337

205.6. A Autonomia do Direito do Trabalho.....	337
205.7. A Evolução do Direito do Trabalho no Século XX.....	337
Bibliografia principal .....	338
<b>NONA PARTE – FUNDAMENTOS DO DIREITO</b> .....	<b>339</b>
Capítulo 37 – A IDEIA DO DIREITO NATURAL.....	341
206. A Insuficiência do Direito Positivo .....	341
207. Conceito.....	342
208. Origem e Via Cognoscitiva .....	343
209. Caracteres .....	344
210. A Escola do Direito Natural .....	344
211. Revolucionário ou Conservador?.....	345
212. Crítica.....	345
213. Os Direitos do Homem e o Direito Natural.....	347
214. Concepção Humanista do Direito .....	347
Bibliografia principal .....	348
Capítulo 38 – O POSITIVISMO JURÍDICO.....	349
215. O Positivismo Filosófico.....	349
215.1. A Lei dos Três Estados.....	350
215.2. Classificação das Ciências .....	350
216. O Positivismo Jurídico .....	350
217. Crítica.....	351
Bibliografia principal .....	352
Capítulo 39 – O NORMATIVISMO JURÍDICO .....	353
218. O Significado da Teoria Pura do Direito .....	353
219. A Teoria Pura do Direito .....	354
220. A Pirâmide Jurídica e a Norma Fundamental .....	354
221. Crítica à Teoria Pura do Direito .....	355
Bibliografia principal .....	355
Capítulo 40 – A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO .....	357
222. A Importância de Reale no Panorama Jurídico Brasileiro.....	357
223. A Teoria Tridimensional do Direito.....	358
Bibliografia principal .....	359
BIBLIOGRAFIA .....	361
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	367
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS.....	375